

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEZEMBRO DE 2025

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A conjuntura global foi marcada pelo acirramento de conflitos geopolíticos e elevação de tarifas alfandegárias, com impactos negativos no comércio internacional. Contudo, estimativas preliminares apontam para crescimento do PIB mundial da ordem de 3,3%, mesmo patamar de 2024. Para 2026, permanecem os riscos decorrentes das tensões geopolíticas e comerciais.

Internamente, o cenário foi caracterizado por importante desaceleração da atividade econômica. Estimativas preliminares apontam para crescimento do PIB da ordem de 2,4%, bem distante dos 3,4% alcançados em 2024. A expansão moderada decorreu da desaceleração da atividade nos principais setores.

Na produção industrial, a expansão de 0,6% no acumulado até novembro (últimos dados de mercado) evidencia forte desaceleração na comparação com os 3,2% em igual período de 2024.

O comércio varejista ampliado acumulou queda de 0,3% até novembro de 2025, ante crescimento de 4,4% de 2024.

O setor de serviços, que representa aproximadamente 2/3 do PIB, também desacelerou. Alcançou crescimento de 2,7%, inferior aos 3,2% em igual base de comparação com 2024.

Quanto ao comércio exterior, não obstante o quadro externo desfavorável, as exportações alcançaram US$ 348,7 bilhões (US$ 337,0 bilhões em 2024), aumento de 3,5%; e as importações somaram US$ 280,4 bilhões (US$ 262,9 bilhões em 2024), evolução de 6,7%. O superávit comercial foi de US$ 68,3 bilhões, queda de 7,9%.

No que tange à inflação, o IPCA acumulou variação anual de 4,26% (4,83% em 2024), abaixo do teto da meta governamental anual de 4,5%. Neste contexto, a taxa de juros Selic foi o principal instrumento utilizado para combater pressões inflacionárias. Assim, foi elevada gradativamente desde agosto de 2024 até alcançar os atuais 15% a.a.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 7,9% no acumulado até novembro (últimos dados de mercado), ante 9,8% em igual período de 2024. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram-se em 7,5% em novembro.

SOBRE O BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS

O Banco Mercantil de Investimentos (BMI), controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., é uma instituição financeira com capital aberto com mais de cinco décadas de atuação no mercado financeiro nacional. Ao longo de sua trajetória, consolidou uma posição sólida no mercado de capitais, com presença na estruturação de operações especializadas e no desenvolvimento de soluções customizadas para seus clientes.

O BMI oferece um portfólio diversificado na estruturação e distribuição de produtos típicos do mercado de capitais, como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Imobiliário (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações de securitização e emissões de valores mobiliários — incluindo Debêntures, Notas Comerciais e Cédulas de Produto Rural Financeira (CPR-F). A atuação da Instituição é marcada pela expertise de sua equipe, composta por profissionais altamente qualificados, com elevado

conhecimento técnico e visão estratégica de mercado. O relacionamento é conduzido tanto de forma direta com empresas emissoras e investidores, quanto por meio de parcerias com outras instituições financeiras.

A Instituição vem consolidando, de forma consistente, uma trajetória de crescimento e os resultados obtidos refletem o elevado comprometimento da equipe, a capacidade de adaptação frente a um ambiente dinâmico e o foco contínuo em geração de valor.

No exercício de 2025, o BMI manteve sua atuação destacada no mercado de capitais, com a estruturação e coordenação de operações relevantes, reforçando seu papel como parceiro estratégico de empresas e investidores.

Gerenciamento de Capital e Gestão de Riscos

A gestão da estrutura de capital do BMI e a definição de seus limites operacionais são conduzidas de forma integrada com o Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as normas de regência. O cálculo dos limites é realizado de forma consolidada com o controlador.

Ao final do exercício de 2025, o índice de adequação do capital (Basileia III) alcançou 13,5%, acima do mínimo regulatório exigido de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal, evidenciando a robustez da Instituição em termos de capital e sua postura conservadora na gestão dos riscos.

A gestão dos riscos, incluindo riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e socioambiental, também é centralizada no controlador, que dispõe de estruturas especializadas e alinhadas às exigências regulatórias vigentes. Informações adicionais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

- Ativos e Passivos

O Ativo total posicionou-se em R$ 626,7 milhões. As disponibilidades e demais ativos financeiros alcançaram R$ 599,0 milhões), 95,6% do ativo total.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R$ 78,7 milhões e são compostos por títulos e valores mobiliários.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados ao valor justo por meio do resultado posicionaram-se em R$ 79,5 milhões.

As Operações de Crédito e Outros Créditos totalizaram R$ 226,7 milhões (36,2% do total do ativo) e estão classificadas, basicamente, no estágio 1.

No Passivo, os depósitos interfinanceiros perfazem R$ 358,1 milhões, os depósitos a prazo R$ 78,6 milhões e os recursos de aceite e emissão de títulos R$ 25,8 milhões. Os demais passivos estão representados, principalmente, por passivos fiscais correntes e diferidos de R$ 7,3 milhões, provisões fiscais e cíveis de R$ 6,3 milhões e outros passivos de R$ 8,2 milhões.

- Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R$ 142,2 milhões e o Lucro Líquido do período foi de R$ 10,4 milhões.

- Dividendos

No período, os dividendos aos acionistas totalizam R$ 3,1 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.3.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R$ 71,7 milhões. Estão representadas, notadamente, por receitas com operações de crédito R$ 46,5 milhões e resultado com operações com títulos e valores mobiliários R$ 25,2 milhões.

O Resultado da Intermediação Financeira Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros alcançou R$ 4,6 milhões e as Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R$ 2,3 milhões.

As despesas de pessoal posicionaram-se em R$ 8,8 milhões e as despesas administrativas perfazem R$ 3,0 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 15.2 e 15.3.

As rubricas de despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais contemplam despesas e receitas não recorrentes de transação tributária. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 15.4 a 15.6.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes, pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Belo Horizonte, março de 2026.

Administração

Docusign Envelope ID: 2E00409D-0AB0-461B-8486-D2E86771C00D

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua dos Inconfidentes, 911, 17º e 18º, Soinco Business Center, Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128
T: +55 (11) 4004-8000

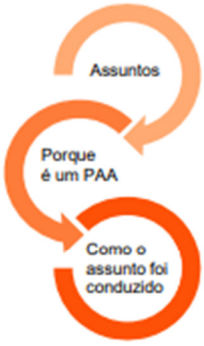
www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: 2E00409D-0AB0-461B-8486-D2E86771C00D

Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.3 (b) 4, 5 e 6)	
A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução n° 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento, por parte da administração, na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos e reduções do risco de crédito. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, principalmente, relacionados à análise das políticas contábeis da administração em comparação com a Resolução nº 4.966 do CMN, testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas. Adicionalmente, realizamos testes, em base amostral, sobre a avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios e análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Docusign Envelope ID: 2E00409D-0AB0-461B-8486-D2E86771C00D

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 2.3 (f) e 12) O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também, aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Assim, a mensuração e definição de reconhecimento dos passivos para processos judiciais e administrativos, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco. Conforme descrito na Nota 15.8, em dezembro de 2025, o Banco celebrou transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para pagamento dos tributos relacionados aos processos administrativos e judiciais, descritos na Nota 15.8. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências. Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Realizamos testes da avaliação de risco dos principais processos de acordo com a sua natureza. Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos principais processos judiciais e administrativos sobre a probabilidade de perda. Obtivemos o Termo de Transação Individual celebrado pelo Banco com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em dezembro de 2025, para pagamento dos tributos relacionados aos processos administrativos e judiciais, descritos na Nota 15.8, e testamos a sua liquidação financeira e os correspondentes registros contábeis decorrentes dessa transação tributária. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Docusign Envelope ID: 2E00409D-0AB0-461B-8486-D2E86771C00D

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de Tecnologia da Informação	
O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações. Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e realizamos testes sobre os principais controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável. Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e à segurança de acessos a programas e banco de dados. Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Docusign Envelope ID: 2E00409D-0AB0-461B-8486-D2E86771C00D

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 2E00409D-0AB0-461B-8486-D2E86771C00D

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Docusign Envelope ID: 2E00409D-0AB0-461B-8486-D2E86771C00D

Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 3 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	**3**	**1.259**
Instrumentos Financeiros		**597.752**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**4**	**78.674**
Títulos e Valores mobiliários	4.1	78.674
Ao valor justo por meio do resultado	**5**	**79.483**
Títulos e Valores mobiliários	5.1	79.483
Ao custo amortizado	**6**	**439.595**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	8.567
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.2	226.751
(-) Provisão para Perdas Esperadas	6.2.d)	(4.925)
Outros Ativos Financeiros	6.3	209.202
Ativos Fiscais	**8**	**15.230**
Correntes	8.1	5.220
Diferidos	8.2	10.010
Outros Ativos	**9**	**7.423**
Investimentos	**10**	**5.016**
Total do Ativo		**626.680**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**462.589**
Passivos Financeiros ao custo amortizado	**11**	**462.589**
Depósitos	11.1	436.744
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.2	25.762
Outros Passivos Financeiros		83
Provisões	**12**	**6.310**
Passivos Fiscais		**7.347**
Correntes		1.406
Diferidos		5.941
Outros Passivos	**13**	**8.224**
Patrimônio Líquido	**14**	**142.210**
Capital Social	14.1	82.028
Reservas de Capital	14.2	9.000
Reservas de Lucros	14.2	52.986
Outros Resultados Abrangentes		(1.804)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**626.680**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre 2025	31/12/2025
Receita da Intermediação Financeira		**40.183**	**71.690**
Operações de Crédito	6.2.b)	25.697	46.478
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	7	14.486	25.212
Despesas da Intermediação Financeira	**11.3**	**(36.578)**	**(62.690)**
Resultado líquido da Intermediação Financeira		**3.605**	**9.000**
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	**6.2.d)**	**(3.774)**	**(4.355)**
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		**(169)**	**4.645**
Outras receitas (despesas) operacionais	**15**	**1.565**	**6.085**
Receitas de Prestação de Serviços	15.1	1.046	2.349
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	37	59
Despesas de Pessoal	15.2	(4.664)	(8.759)
Despesas Administrativas	15.3	(1.844)	(2.998)
Despesas Tributárias	15.4	(3.490)	(3.839)
Outras Receitas Operacionais	15.5	15.243	24.230
Outras Despesas Operacionais	15.6	(4.820)	(5.004)
Reversões / (Despesas) de Provisões	15.7	57	47
Resultado antes dos impostos		**1.396**	**10.730**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.3**	**4.082**	**(334)**
Provisão para Imposto de Renda		695	(1.857)
Provisão para Contribuição Social		908	(955)
Ativo Fiscal Diferido		2.479	2.478
Lucro Líquido do período		**5.478**	**10.396**
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		1,1353	2,1545
Ações preferenciais		1,1353	2,1545
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R$ mil)			
Ações ordinárias		4.672	8.866
Ações preferenciais		806	1.530
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		4.115.057	4.115.057
Ações preferenciais		710.143	710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Lucro Líquido do Período	**5.478**	**10.396**
Outros Resultados Abrangentes	**(2.651)**	**(9.122)**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	**(2.651)**	**(9.122)**
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(4.820)	(16.586)
Efeito Fiscal	2.169	7.464
Resultado Abrangente total do Período	**2.827**	**1.274**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31/12/2024	**82.028**	**9.000**	**6.228**	**35.496**	**7.318**	**-**	**140.070**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (I)	-	-	-	-	-	3.966	**3.966**
Reclassificação da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	3.966	-	(3.966)	**-**
Saldos em 01/01/2025	**82.028**	**9.000**	**6.228**	**39.462**	**7.318**	**-**	**144.036**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(9.122)	-	**(9.122)**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	10.396	**10.396**
Destinações:							
Reservas	-	-	520	6.776	-	(7.296)	**-**
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(3.100)	**(3.100)**
Saldos em 31/12/2025	**82.028**	**9.000**	**6.748**	**46.238**	**(1.804)**	**-**	**142.210**
Mutações do Período	**-**	**-**	**520**	**10.742**	**(9.122)**	**-**	**2.140**
(I) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito na nota 2.2.							
Saldos em 30/06/2025	**82.028**	**9.000**	**6.228**	**39.462**	**847**	**4.918**	**142.483**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-			(2.651)		**(2.651)**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-		5.478	**5.478**
Destinações:							
Reservas	-	-	520	6.776	-	(7.296)	**-**
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(3.100)	**(3.100)**
Saldos em 31/12/2025	**82.028**	**9.000**	**6.748**	**46.238**	**(1.804)**	**-**	**142.210**
Mutações do Período	**-**	**-**	**520**	**6.776**	**(2.651)**	**(4.918)**	**(273)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.396**	**10.730**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**(10.080)**	**(18.172)**
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis Trabalhistas	202	368
Atualizações Monetárias Ativas	**(14.019)**	**(22.836)**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**3.774**	**4.355**
Resultado de Equivalência Patrimonial	**(37)**	**(59)**
Variações em Ativos e Passivos	**416**	**(33.340)**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Títulos e Valores mobiliários	(12.139)	(17.460)
Operações de Crédito e Outros Créditos	75.951	(6.182)
Outros Ativos Financeiros	(83.947)	(150.128)
Ativos Fiscais	(6.793)	(5.355)
Outros Ativos	15.173	23.514
(Redução) / Aumento em Passivos		
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	11.335	134.278
Provisões	(1.919)	(1.851)
Passivos Fiscais	5.038	(1.332)
Outros Passivos	2.129	2.028
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.412)	(10.852)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(8.268)**	**(40.782)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Investimentos	-	(4.500)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	(17.681)	(38.254)
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	34.004	86.013
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**16.323**	**43.259**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(15)	(2.279)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(15)**	**(2.279)**
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.040**	**198**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.786	9.628
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	9.826	9.826
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.040**	**198**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
1 - RECEITAS	**47.935**	**88.957**
Intermediação Financeira	40.183	71.690
Prestação de Serviços	1.046	2.349
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(3.774)	(4.355)
Outras	10.480	19.273
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(36.578)**	**(62.690)**
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(1.844)**	**(2.998)**
Serviços de Terceiros	(1.313)	(2.036)
Outros	**(531)**	**(962)**
Processamento de Dados	(88)	(185)
Serviços do Sistema Financeiro	(101)	(148)
Seguros	(87)	(158)
Outros	(255)	(471)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**9.513**	**23.269**
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	**9.513**	**23.269**
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**37**	**59**
Resultado de Equivalência Patrimonial	37	59
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**9.550**	**23.328**
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**9.550**	**23.328**
Pessoal	**3.914**	**7.334**
Remuneração Direta	3.690	6.886
Benefícios	174	349
FGTS	50	99
Impostos, Taxas e Contribuições	**158**	**5.598**
Federais	139	5.540
Municipais	19	58
Remuneração de Capitais Próprios	**5.478**	**10.396**
Dividendos	3.100	3.100
Lucros Retidos do Período	2.378	7.296

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 03/03/2026.

2.2. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Balanço Patrimonial	31/12/2024	Ajuste Res. nº 4.966/21		01/01/2025
		Reclassificação	Mensuração	
Disponibilidades	**1.171**	**-**	**-**	**1.171**
Instrumentos Financeiros	**477.897**	**-**	**7.211**	**485.108**
Ao valor justo por meio do resultado	**-**	**58.031**	**13.149**	**71.180**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**190.295**	**(58.031)**	**(5.866)**	**126.398**
Ao custo amortizado	**287.602**	**-**	**(72)**	**287.530**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.457	-	-	**8.457**
Títulos e Valores Mobiliários	220.016	(220.016)	-	**-**
Operações de Crédito e Outros Créditos	78	220.016	540	**220.634**
(-) Provisão para perdas esperadas	(23)	-	(612)	**(635)**
Outros Ativos Financeiros	59.074	-	-	**59.074**
Ativos Fiscais	**4.664**	**-**	**2.733**	**7.397**
Correntes	1.377	-	-	**1.377**
Diferidos	3.287	-	2.733	**6.020**
Outros Ativos	**8.101**	**-**	**-**	**8.101**
Investimentos	**457**	**-**	**-**	**457**
Total do Ativo	**492.290**	**-**	**9.944**	**502.234**
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	**328.311**	**-**	**-**	**328.311**
Ao custo amortizado	**328.311**	**-**	**-**	**328.311**
Depósitos	327.429	-	-	**327.429**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	882	-	-	**882**
Provisões	**7.793**	**-**	**-**	**7.793**
Passivos Fiscal	**10.741**	**-**	**5.978**	**16.719**
Correntes	4.747	-	-	**4.747**
Diferidos	5.994	-	5.978	**11.972**
Outros Passivos	**5.375**	**-**	**-**	**5.375**
Patrimônio Líquido	**140.070**	**-**	**3.966**	**144.036**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**492.290**	**-**	**9.944**	**502.234**

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test)*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários”.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas em “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários”.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1**: são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2**: são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3**: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment)*

- Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- Estágio 1 – Ativos Realizáveis: Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa: Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis: É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- Créditos avaliados coletivamente: Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificado como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei n° 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment)* no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 14.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio deliberados, provisionados, pagos e a pagar aos acionistas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas *(Impairment)*:** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros**: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que a instituição terá lucros tributários futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base no estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Dez / 2025
Disponibilidades	1.259
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.567
Total	**9.826**

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Composição	Dez / 2025			
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	52.554	(101)	(8.633)	43.820
Certificado de Recebíveis Imobiliários	20.766	(3.180)	(30)	17.556
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	8.215	-	(13)	8.202
Nota Comercial	4.155	-	(13)	4.142
Debêntures	4.987	-	(33)	4.954
Total	**90.677**	**(3.281)**	**(8.722)**	**78.674**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Dez / 2025
Até 1 ano	28.314
De 1 a 2 anos	126
De 2 a 3 anos	27.241
De 3 a 4 anos	12.191
De 4 a 5 anos	3.035
Acima de 5 anos	7.767
Total	**78.674**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferências	Dez / 2025
Estágio 1	**(378)**	**(3.356)**	**(168)**	**804**	**-**	**(3.098)**
Debêntures	(1)	(2)	(33)	3	-	**(33)**
Nota Comercial	-	3	(21)	5	-	**(13)**
CRA	(358)	(3.311)	(114)	774	-	**(3.009)**
CDCA	-	(18)	-	5	-	**(13)**
CRI	(19)	(28)	-	17	-	**(30)**
Estágio 2	**(562)**	**(5.062)**	**-**	**-**	**5.624**	**-**
CRA	(562)	(5.062)	-	-	5.624	-
Estágio 3	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.624)**	**(5.624)**
CRA	-	-	-	-	(5.624)	(5.624)
Total Geral	**(940)**	**(8.418)**	**(168)**	**804**	**-**	**(8.722)**

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Composição	Dez / 2025			
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Cotas de Fundo Imobiliário	43.668	43.668	-	43.668
Fundo de investimentos em direitos creditórios	34.909	34.909	-	34.909
Fiagro	906	906		906
Total	**79.483**	**79.483**	**-**	**79.483**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Prazo	Dez / 2025
Indeterminado	44.574
Até 1 ano	17.861
De 2 a 3 anos	17.048
Total	**79.483**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Dez / 2025
Estágio 1	**(136)**	**136**	**-**
FIDC	(98)	98	-
Cotas de Fundos	(38)	38	-
Total Geral	**(136)**	**136**	**-**

6. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

6.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	Dez / 2025
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.567
Total – Circulante	**8.567**

6.2. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das operações de crédito e outros créditos

Dez / 2025	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Títulos e Créditos a receber	158.789	67.962	**226.751**
Total – Curso Normal	**158.789**	**67.962**	**226.751**

b) Receitas de operações de crédito e outros créditos

Descrição	Dez / 2025
Rendas de empréstimos	1.319
Outros Créditos	45.159
Total	**46.478**

c) Movimentação da carteira por estágio

Descrição	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	**220.556**	**78**	**220.634**
Constituição / (Reversão)	6.195	(78)	6.117
Saldo em 31/12/2025	**226.751**	**-**	**226.751**

d) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	**612**	**23**	**635**
Constituição / (Reversão)	4.313	(23)	4.290
Saldo em 31/12/2025	**4.925**	**-**	**4.925**

6.3. Outros Ativos Financeiros

Refere-se, basicamente, a Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e são atualizados mensalmente com base na variação dos índices SELIC e IPCA, conforme pactuado nos respectivos contratos (vide nota nº 15.5).

Em 31 de dezembro de 2025 referidos títulos registraram provisão no montante de R$ 1.306.

7. Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	Dez / 2025
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	**306**
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	**24.906**
Ao custo amortizado	660
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	14.100
Ao valor justo por meio do Resultado	10.146
Total	**25.212**

8. Ativos Fiscais

8.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	Dez / 2025
Antecipação IRPJ/CSLL	5.209
Impostos e contribuições retidos na fonte	11
Total - Circulante	**5.220**

8.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Diferenças temporárias	**5.917**	**5.740**	**(1.647)**	**10.010**
Provisão para perda esperada	625	140	(160)	605
Contingências	1.591	-	(140)	1.451
MTM	-	1.476	-	1.476
Outros	3.701	4.124	(1.347)	6.478
MP 2.158/2001[(I)]	**103**	**-**	**(103)**	**-**
Total	**6.020**	**5.740**	**(1.750)**	**10.010**

[(I)] A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para

efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Diferenças Temporárias	Dez / 2025
2026	353
2027	1.476
2030	8.181
Total	**10.010**
Valor presente	**5.489**

8.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2025
Resultado antes dos impostos	**10.730**
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes (I)	(4.829)
Ajustes no cálculo dos tributos (II)	4.495
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(334)**

(I) Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20%.

(II) Refere-se, majoritariamente, aos efeitos no IRPJ e CSLL correntes, decorrentes da Transação Tributária celebrada com a PGFN em 23 de dezembro de 2025 (vide nota nº 15.8).

9. Outros Ativos

Descrição	Dez / 2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 12.b)	6.486
Rendas a receber	703
Despesas Antecipadas (I)	220
Adiantamentos e Antecipações salariais	1
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	13
Total	**7.423**
Circulante	905
Não circulante	6.518

(I) Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

10. Investimentos

a) Participações em sociedades coligadas

Descrição	Dez / 2025
Capital social	11.500
Patrimônio líquido Ajustado (I)	10.329
Total de ações - ON	575.000
Participação %	5%
Lucro societário do período	1.182
Resultado de participações societárias	59
Valor dos investimentos	**516**

(I) Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual o Banco Mercantil de Investimentos detém 5% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

b) Outros investimentos

Aquisição de participação de 10% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, aprovada pelo Bacen em 25/06/2025 pelo montante de R$ 4.500.

11. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros – Ao Custo Amortizado

11.1. Depósitos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2025
A Prazo	19.404	926	58.285	**78.615**
Interfinanceiros	-	327.977	30.152	**358.129**
Total	**19.404**	**328.903**	**88.437**	**436.744**

11.2. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Dez/25
Letras de Crédito do Agronegócio	20.740	5.022	**25.762**
Total	**20.740**	**5.022**	**25.762**

11.3. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2025
Depósitos	61.593
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	978
Outras - Fundo garantidor de crédito	119
Total	**62.690**

12. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis

a) Composição das Provisões

Descrição	Dez / 2025
Provisões para processos fiscais [(I)]	6.309
Provisões para processos cíveis	1
Total – Não circulante	**6.310**

[(I)] Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:
- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01/01/2025	**7.752**	**-**	**41**	**7.793**
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 15.7.	(7)	-	(40)	**(47)**
Atualização Monetária	415	-	-	**415**
Atualização de depósitos / Liquidações	(1.851)	-	-	**(1.851)**
Saldos em 31/12/2025	**6.309**	**-**	**1**	**6.310**
Depósitos judiciais (vide nota nº 9.) [(I)]	**6.308**	**178**	**-**	**6.486**

[(I)] No caso de ações trabalhistas tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R$ 2.486.

13. Outros Passivos

Descrição	Dez / 2025
Sociais e Estatutárias	6.693
Credores Diversos - no País	1.253
Provisão para Pagamentos a Efetuar	215
Outros	63
Total – Circulante	**8.224**

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital Social

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2025	
	Quantidade	R$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	**4.825.200**	**82.028**

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

14.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

14.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	Dez/25	%
Lucro líquido dos exercícios	10.396	
(-) Reserva Legal	(520)	
Base de cálculo	**9.876**	
Dividendos pagos, deliberados e/ou provisionados	**3.100**	**30%**

14.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2025
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	**4.825.200**
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	**4.825.200**
Lucro básico atribuível (em R$ mil)	**8.866**	**1.530**	**10.396**
Lucro básico por ação	**2,1545**	**2,1545**	**2,1545**

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

15. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

15.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

15.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2025
Remuneração dos administradores	4.898
Encargos sociais	1.524
Proventos	1.268
Participação nos lucros	720
Benefícios	349
Total	**8.759**

15.3. Despesas administrativas

Descrição	Dez / 2025
Serviços de terceiros	1.098
Serviços prestados – ligadas [1]	938
Processamento de dados	185
Seguros	158
Serviços do sistema financeiro	148
Outras	471
Total	**2.998**

[1] Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 16.1.).

15.4. Despesas tributárias

Descrição	Dez / 2025
Transação Tributária (Principal) [1]	3.053
COFINS	584
PIS	95
ISSQN	58
Outros tributos	49
Total	**3.839**

[1] Refere-se ao valor do principal da Transação Tributária celebrada pelo Banco (vide nota nº 15.8).

15.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Dez / 2025
Variações monetárias ativas [1]	22.836
Recuperação de encargos e despesas	19
Outras receitas	1.375
Total	**24.230**

[1] Refere-se basicamente às atualizações monetárias referente aos Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União.

15.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Dez / 2025
Transação Tributária [1]	4.521
Variações Monetárias Passivas	415
Outras Despesas	68
Total	**5.004**

[1] Refere-se ao valor dos juros e multas da Transação Tributária celebrada pelo Banco (vide nota nº 15.8).

15.7. Reversões / (Despesas) de Provisões

Descrição	Dez / 2025
Provisões fiscais	7
Provisões cíveis	40
Total	**47**

15.8. Resultados não recorrentes

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, o Banco apresenta os eventos que, por sua natureza e frequência, não são considerados como parte das atividades típicas da Instituição. Destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	Dez/25
Lucro Líquido contábil (a)	**10.396**
Eventos não recorrentes (b)	**(7.574)**
Transação Tributária (I)	(3.053)
Despesas financeiras da Transação Tributária (II)	(4.521)
Efeitos tributários (c) (III)	**8.162**
Eventos não recorrentes líquidos (d = b - c)	**588**
Resultado recorrente (e = a - d)	**9.808**

(I) Refere-se ao valor do saldo principal relativo à Transação Tributária, firmada em 23 de dezembro de 2025, celebrada pelo Banco em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98. Essa transação resultou no pagamento à vista de R$ 7.574 mil após os trâmites de consolidação de contas pela PGFN e RFB. Os efeitos contábeis decorrentes da transação foram reconhecidos no exercício social de 2025.
(II) Refere-se às despesas financeiras (multa e juros), líquida dos descontos obtidos na Transação Tributária.
(III) Refere-se ao efeito tributário positivo no resultado em decorrência dos eventos não recorrentes.

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Dez / 2025
Ativos	**9.826**
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.259
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Banco Mercantil)	8.567
Passivos	**(360.852)**
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(358.129)
Outras obrigações (Banco Mercantil)	(2.723)
Receitas / (Despesas)	**Dez / 2025**
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (Banco Mercantil)	**(47.973)**
Outras receitas / (despesas) operacionais	**(965)**
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) – vide nota nº 15.3.	(938)
Despesas de custódia de TVM (Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(27)

16.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R$ 6.330.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 15.2.).

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 5.177/24, para os administradores.

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

16.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

17. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com o Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor Até 31 de dezembro de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 13,5%, perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen

nº 3.989/20. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**78.674**	**78.674**	**-**	**-**	**78.674**
Títulos e Valores mobiliários	78.674	78.674	-	-	78.674
Ao valor justo por meio do resultado	**79.483**	**-**	**-**	**79.483**	**79.483**
Títulos e Valores mobiliários	79.483	-	-	79.483	79.483
Ao custo amortizado	**439.595**	**-**	**439.595**	**-**	**439.595**
Operações de Crédito	221.826	-	221.826	-	221.826
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.567	-	8.567	-	8.567
Outros Ativos Financeiros	209.202	-	209.202	-	209.202
Total em 31/12/2025	**597.752**	**78.674**	**439.595**	**79.483**	**597.752**

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 2	Nível 3	Total
Ao custo amortizado	**462.589**	**358.129**	**104.460**	**462.589**
Depósitos	436.744	358.129	78.615	436.744
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	25.762	-	25.762	25.762
Outros Passivos Financeiros	83	-	83	83
Total em 31/12/2025	**462.589**	**358.129**	**104.460**	**462.589**

18. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS *Foundation*). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Assim, o Controlador, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Secretário

Delson de Miranda Tolentino
Roberto Godoy Assumpção

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Paulo Henrique Brant de Araujo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Hitosi Hassegawa

DIRETORES
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do **Banco Mercantil de Investimentos S.A. – "BMI"**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **BMI**, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 3 de março de 2026.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS